

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	56
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	57
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	58
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	30.357.847.596
Preferenciais	0
Total	30.357.847.596
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.557.030	1.511.815
1.01	Ativo Circulante	89.220	89.776
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	45.445	39.512
1.01.02	Aplicações Financeiras	11.716	27.842
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	11.716	27.842
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	11.716	27.842
1.01.03	Contas a Receber	18.840	18.342
1.01.03.01	Clientes	18.840	18.342
1.01.06	Tributos a Recuperar	267	273
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	267	273
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.244	1.569
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.708	2.238
1.01.08.03	Outros	11.708	2.238
1.02	Ativo Não Circulante	1.467.810	1.422.039
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	336.303	299.929
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	205.154	182.058
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	205.154	182.058
1.02.01.06	Tributos Diferidos	111.904	98.630
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	111.904	98.630
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	392	400
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.853	18.841
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	18.853	18.841
1.02.03	Imobilizado	11.377	11.265
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.377	11.265
1.02.04	Intangível	1.120.130	1.110.845
1.02.04.01	Intangíveis	1.120.130	1.110.845

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.557.030	1.511.815
2.01	Passivo Circulante	67.502	45.086
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.193	3.548
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.914	1.769
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.279	1.779
2.01.02	Fornecedores	28.845	32.551
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	28.845	32.551
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.867	2.647
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.659	1.291
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.659	1.291
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.208	1.356
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	29.393	4.324
2.01.04.02	Debêntures	29.393	4.324
2.01.05	Outras Obrigações	570	516
2.01.05.02	Outros	570	516
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	342	287
2.01.05.02.05	Outros Passivos	228	229
2.01.06	Provisões	1.634	1.500
2.01.06.02	Outras Provisões	1.634	1.500
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	1.634	1.500
2.02	Passivo Não Circulante	1.424.406	1.373.618
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.255.896	1.217.714
2.02.01.02	Debêntures	1.255.896	1.217.714
2.02.02	Outras Obrigações	79.964	76.611
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	77.779	74.348
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	77.779	74.348
2.02.02.02	Outros	2.185	2.263
2.02.02.02.03	Outros Passivos	2.185	2.263
2.02.04	Provisões	88.546	79.293
2.02.04.02	Outras Provisões	88.546	79.293
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	4.093	4.093
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	3.010	3.010
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	81.443	72.190
2.03	Patrimônio Líquido	65.122	93.111
2.03.01	Capital Social Realizado	303.578	303.579
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-238.456	-210.468

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	53.415	57.093
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-40.605	-44.715
3.03	Resultado Bruto	12.810	12.378
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	5.034	-2.744
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-667	-2.767
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.701	23
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.844	9.634
3.06	Resultado Financeiro	-59.107	-62.392
3.06.01	Receitas Financeiras	8.105	6.930
3.06.02	Despesas Financeiras	-67.212	-69.322
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-41.263	-52.758
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	13.274	17.496
3.08.02	Diferido	13.274	17.496
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-27.989	-35.262
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-27.989	-35.262
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00092	0,00141

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-27.989	-35.262
4.03	Resultado Abrangente do Período	-27.989	-35.262

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	18.886	21.653
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	31.392	21.813
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-27.989	-35.262
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-13.274	-17.496
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	3.448	5.580
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias - Obrigações Poder Concedente	134	157
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias - Empréstimos e Financiamentos	63.251	65.855
6.01.01.06	Juros sobre Mútuos com Partes Relacionadas	3.431	2.611
6.01.01.07	Provisão para Manutenção em Rodovias	9.253	7.280
6.01.01.08	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	108	0
6.01.01.09	Rendimento de Aplicações Financeiras	-6.970	-6.912
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.506	-160
6.01.02.01	Contas a Receber	-498	6.991
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	333	438
6.01.02.03	Outros Ativos	-9.470	-37
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	-3.706	-9.097
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	55	-8
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	220	129
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	645	1.551
6.01.02.09	Outros Passivos	-79	-57
6.01.02.10	Tributos a Recuperar	-6	-70
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.953	-10.661
6.02.01	Investimentos no Ativo Imobilizado	-662	-1.147
6.02.02	Investimentos no Ativo Intangível	-12.291	-13.750
6.02.04	Aplicações Financeiras	0	-1.457
6.02.05	Resgate de Aplicações Financeiras	0	5.693
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.933	10.992
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	39.512	11.966
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	45.445	22.958

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-210.467	0	93.111
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-210.467	0	93.111
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-27.989	0	-27.989
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-27.989	0	-27.989
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-238.456	0	65.122

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	248.578	0	0	-105.380	0	143.198
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	248.578	0	0	-105.380	0	143.198
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-35.262	0	-35.262
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-35.262	0	-35.262
5.07	Saldos Finais	248.578	0	0	-140.642	0	107.936

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	58.340	61.320
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	46.492	48.391
7.01.02	Outras Receitas	11.848	12.929
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	9.941	12.537
7.01.02.02	Receitas Acessórias	1.907	392
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-27.204	-37.096
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.318	-23.603
7.02.04	Outros	-10.886	-13.493
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-9.941	-12.537
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-811	-799
7.02.04.03	Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	-134	-157
7.03	Valor Adicionado Bruto	31.136	24.224
7.04	Retenções	-3.448	-5.580
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.448	-5.580
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	27.688	18.644
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.105	6.930
7.06.02	Receitas Financeiras	8.105	6.930
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	35.793	25.574
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	35.793	25.574
7.08.01	Pessoal	4.472	5.140
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.553	4.279
7.08.01.02	Benefícios	919	861
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-8.090	-13.263
7.08.02.01	Federais	-10.605	-15.687
7.08.02.03	Municipais	2.515	2.424
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	67.400	68.959
7.08.03.01	Juros	66.850	68.466
7.08.03.02	Aluguéis	550	493
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-27.989	-35.262
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-27.989	-35.262



1T16

Divulgação de Resultados



www.rodoviasdotiete.com.br



Relatório da Administração - 31 de Março 2016

11 de Maio de 2016 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.- “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do 1º trimestre de 2016.

Apresentação dos Resultados

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 foram elaboradas de acordo o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente, as presentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Principais Obras e Investimentos	Página 15
Responsabilidade Socioambiental	Página 16
Demonstrações Financeiras	Página 18
Relacionamento com o Auditor	Página 22

Nuno Coelho

*Diretor Administrativo, Financeiro
e de Relações com Investidores / CFO*

Thiago Jordão Rocha

Gerente de Controladoria

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

Email: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri



Concessionária

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e a construção do Contorno de Piracicaba que contribuirão com o desenvolvimento econômico da região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.

2009

2011

2013

2015

A Rodovias do Tietê assinou o contrato de 30 anos de concessão do Corredor Leste da Marechal Rondon.

Melhorias de Obras de Artes Especiais, Sinalização e novas Passarelas são realizadas.

Primeiro trecho da duplicação da SP 101 é entregue.

Conclusão dos trechos de duplicações da SP 101 (Km 14+640 ao 25+700) e da SP 308 (Km 127+730 ao 153+500)





Destaques:

Receita

- ✓ R\$ 43,4 milhões de receita líquida.

Tráfego

- ✓ Redução de 6,61% no tráfego pedagiado, principalmente pelas condições macroeconômicas e pela interdição do trecho da Serra de Botucatu causada pelo acidente geológico.

Obras

- ✓ Contorno de Piracicaba em fase de conclusão.



Sumário Executivo

O ano de 2016, assim como o ano de 2015, vem apresentando muitas alterações macroeconômicas no Brasil, com a alta na taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC), passando de 12,65% a.a. em 2015 para 14,15% a.a em 2016, segundo o relatório do COPOM. Vale ressaltar também que o índice oficial de inflação do país (IPCA) foi de 9,39% no acumulado entre Janeiro e Março, segundo o IBGE. Já o Banco Central, através do relatório Focus, apontou em 2015 uma redução de 3,66% do Produto Interno Bruto (PIB).

No primeiro trimestre de 2016 houve uma redução de aproximadamente 6,61% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, essa redução deve-se a situação macroeconômica do país, e foi agravada também pelo acidente geológico ocorrido em Janeiro de 2016 na Serra de Botucatu. Devido o alto índice de chuva no mês de janeiro, o trecho de Serra da SP 300 ficou totalmente interditado para subidas e descidas de veículos leves e pesados devido a um deslizamento da vegetação que atingiu a pista no trecho do KM 237. A interdição ocorreu do dia 11 de janeiro até o dia 31 de março.

Com relação às obras, O Contorno de Piracicaba será concluído no 2º trimestre de 2016 trazendo desenvolvimento para região.



Tráfego

No primeiro trimestre de 2016 o volume de tráfego sofreu uma redução de 6,61% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio sofreu redução de 4,42%, enquanto comerciais leves e pesados recuou em 13,38% e 13,54% respectivamente.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2016*	2015*	Variação
Passeio	4.766.128	4.986.782	-4,42%
Comercial Leve	791.211	913.380	-13,38%
Comercial Pesado	591.210	683.801	-13,54%
Total	6.148.549	6.583.963	-6,61%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Março.

Em 2016 o volume de tráfego de eixos equivalentes sofreu uma redução de 9,98% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio sofreu redução de 4,51%, enquanto comerciais leves e pesados recuou em 13,74% e 14,47% respectivamente.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2016*	2015*	Variação
Passeio	4.692.013	4.913.762	-4,51%
Comercial Leve	1.977.564	2.292.500	-13,74%
Comercial Pesado	3.480.676	4.069.596	-14,47%
Total	10.150.253	11.275.858	-9,98%

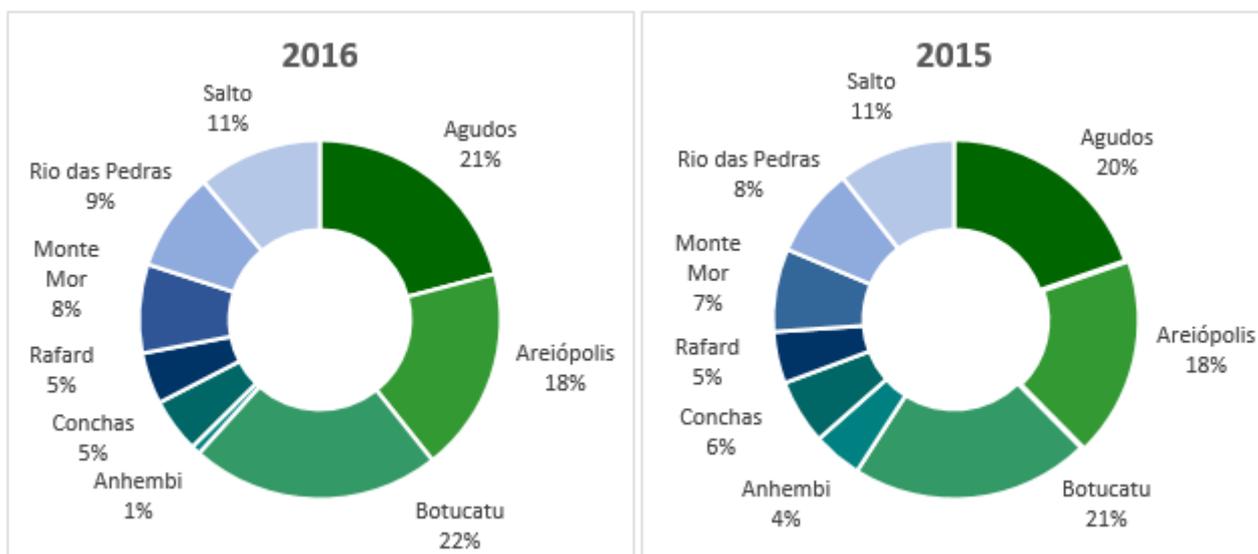
*Volume acumulado do período de Janeiro à Março.



Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP 300 composto pelas praças de pedágio de Agudos, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 61% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 39% da receita.





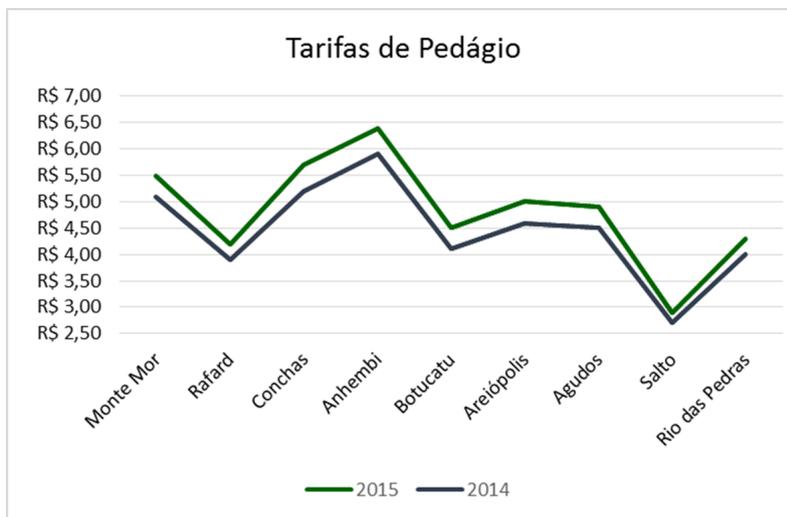
Tráfego

>> Tarifas de Pedágio

Em Julho de 2015 houve reajuste das tarifas de pedágio em 8,47% em linha com o IPCA divulgado pelo IBGE.

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente é de R\$ 4,82, contra R\$ 4,44 em 2014.

Praça de pedágio	2015/2016	2014/2015
Monte Mor	R\$ 5,50	R\$ 5,10
Rafard	R\$ 4,20	R\$ 3,90
Conchas	R\$ 5,70	R\$ 5,20
Anhembi	R\$ 6,40	R\$ 5,90
Botucatu	R\$ 4,50	R\$ 4,10
Areiópolis	R\$ 5,00	R\$ 4,60
Agudos	R\$ 4,90	R\$ 4,50
Salto	R\$ 2,90	R\$ 2,70
Rio das Pedras	R\$ 4,30	R\$ 4,00
Tarifa Média	R\$ 4,82	R\$ 4,44





Receitas

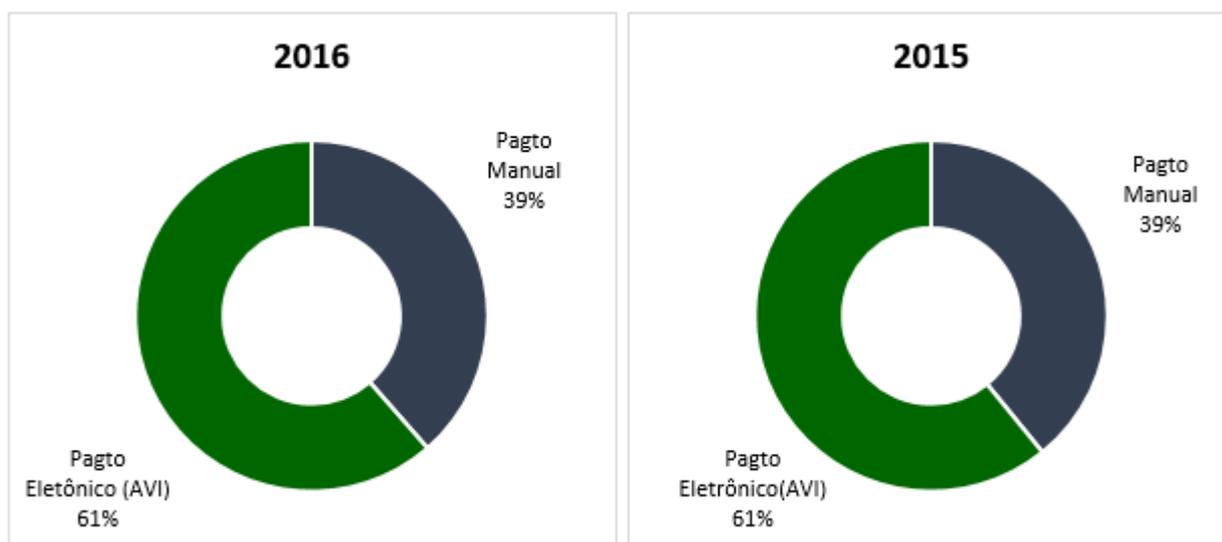
Receitas (em R\$ mil)	2016*	2015*	Varição
Receitas de Pedágio	46.492	48.390	-3,92%
Receitas Acessórias	1.907	392	386,48%
Impostos sobre Receitas	(4.925)	(4.226)	16,54%
Receitas Operacionais	43.473	44.556	-2,43%
Receitas de Construção	9.941	12.537	-20,71%
TOTAL	53.415	57.093	-6,44%

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Março.

A Concessionária obteve, no 1º trimestre de 2016, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 46.492 mil (R\$ 48.390 mil no mesmo período de 2015). Arrecadou também, R\$ 1.907 mil (R\$392 mil em 2015) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS (5%), PIS (0,65%) e COFINS (3%) totalizando R\$ 4.925 mil no período (R\$ 4.226 mil no ano anterior).

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 9.941 mil de receita de construção contra R\$ 12.537 mil em 2015 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento





Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2016*	2015*	Variação
Com pessoal	(4.111)	(4.645)	-11,49%
Serviços de terceiros	(1.314)	(2.296)	-42,76%
Ônus variável da concessão	(811)	(799)	1,46%
Manutenção e conservação	(10.592)	(10.379)	2,05%
Seguros e garantias	(581)	(701)	-17,15%
Honorários da administração	(361)	(495)	-27,06%
Outros	(860)	(2.771)	-68,97%
Subtotal	(18.630)	(22.086)	-15,65%
Depreciação e amortização	(3.448)	(5.579)	-38,20%
Custo dos serviços de construção	(9.941)	(12.537)	-20,70%
Serviços de manutenção em rodovias	(9.253)	(7.280)	27,10%
Total	(41.272)	(47.482)	-13,08%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Março

No 1º trimestre de 2016, houve redução de 15,65% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 22.086 mil em 2015 para R\$ 18.630 mil em 2016. As principais variações foram:

- ⇒ Com pessoal -11,49%. Resultante da otimização do quadro operacional e administrativo da concessionária.
- ⇒ Serviços de terceiros -42,76%. Resultante da Internalização de serviços de terceiros, com destaque para os serviços contábeis e fiscais com a implantação do sistema ERP SAP, das atividades de topografia e limpeza das bases operacionais.
- ⇒ Outros -68,97%. Principalmente pelo menor consumo de materiais, além da troca e renegociação de contratos com fornecedores.
- ⇒ Depreciação e amortização -38,20%. Devido à revisão da taxa de amortização pela curva de demanda de tráfego, resultado do menor volume de veículos registrado nos últimos períodos.



EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2016	2015	Varição
Resultado Líquido do Período	(27.989)	(35.262)	-20,63%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(13.274)	(17.496)	-24,13%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	59.107	62.392	-5,27%
(+/-) Depreciação e Amortização	3.448	5.580	-38,20%
EBITDA	21.293	15.214	39,96%
(+/-) Provisão para Manutenções Futuras	9.253	7.280	27,10%
EBITDA AJUSTADO (a)	30.546	22.494	35,80%
Receitas Operacionais (b)	43.473	44.556	-2,43%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	70,26%	50,48%	19,78 p.p

*Volume acumulado do período de Janeiro à Março.

No ano de 2016, houve aumento de 35,80% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 22.494 mil em 2015 para R\$ 30.546 mil em 2016. As principais variações foram:

- ⇒ Com pessoal -11,49%. Resultante da otimização do quadro operacional e administrativo da concessionária.
- ⇒ Serviços de terceiros -42,76%. Resultante da Internalização de serviços de terceiros, com destaque para os serviços contábeis e fiscais com a implantação do sistema ERP SAP, das atividades de topografia e limpeza das bases operacionais.
- ⇒ Outros -68,97%. Principalmente pelo menor consumo de materiais, além da troca e renegociação de contratos com fornecedores.
- ⇒ Depreciação e amortização -38,20%. Devido à revisão da taxa de amortização pela curva de demanda de tráfego, resultado do menor volume de veículos registrado nos últimos períodos.



Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2016, comparado ao de 2015, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2016*	2015*	Variação
Debêntures	(63.419)	(65.855)	-3,70%
Mútuo	(3.431)	(2.611)	31,41%
Outras Despesas Financeiras	(350)	(838)	-58,23%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(67.200)	(69.304)	-3,04%
Receitas Financeiras	8.093	6.912	17,09%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(59.107)	(62.392)	-5,27%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Março.

No 1º trimestre de 2016, houve redução de 5,27% no Resultado Financeiro que passou de R\$ 62.392 mil em 2015 para R\$ 59.107 mil em 2016. As principais variações foram:

- ⇒ Mútuo 31,41%. Resultante do maior CDI.
- ⇒ Receitas Financeiras 17,09%. Resultante do maior CDI que remunera as aplicações financeiras.
- ⇒ Debêntures 3,70%. Devido ao menor IPCA que passou de 3,83% em 2015 para 2,62% em 2016.



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e o prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros são pagos semestralmente. Já foram realizados cinco pagamentos, em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil, em 15 de junho de 2014, no montante de R\$ 43.365 mil, em 15 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 46.517 mil, em 15 de junho de 2015, no montante de R\$ 46.650 mil e em 14 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 50.981 mil.



Debêntures

Em 18 de Dezembro de 2015 foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) para deliberar sobre a dispensa do cumprimento dos seguintes Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão:

- i) Índice de Cobertura do Serviços da Dívida (“ICSD”), conforme fórmula descrita no Anexo I da Escritura, para os seguintes períodos: (a) o período findo em 30 de junho de 2016; e (b) o período findo em 31 de dezembro de 2016; e
- ii) Relação entre Dívida Financeira (conforme definido na Escritura) e Capital Total (conforme definido na Escritura), para os seguintes períodos: (a) o período findo em 31 de dezembro de 2015; (b) o período findo em 30 de junho de 2016; e (c) o período findo em 31 de dezembro de 2016.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016 foram aprovados os seguintes condicionantes:

- i) Da relação entre Dívida Financeira e Capital Total em até 90/10; e
- ii) Do ICSD igual ou superior a 1,0 (um inteiro), conforme a fórmula descrita no Anexo I da Escritura de Emissão.

Além disso, a Companhia pagou aos titulares das Debêntures um prêmio flat de 0,55% sobre o saldo do valor nominal unitário atualizado na data de realização da AGD.

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	2,10	Não medido



Principais Obras e Investimentos

Contorno de Piracicaba



Com início em abril de 2011, e conclusão prevista para o segundo trimestre de 2016 o Contorno de Piracicaba irá inserir o município em uma nova e importante realidade, já que é uma mudança esperada há mais de 20 anos pela população. Com 9 quilômetros de extensão, a obra melhorará significativamente o tráfego na região já que parte dos caminhões terá outra opção de trajeto por fora do município. A mudança facilitará também

o escoamento de produções e aumentará a fluidez dos veículos da cidade.

O valor já investido na obra é de R\$ 90 milhões, sendo que esta interligará a SP-308 (Rodovia do Açúcar – Salto a Piracicaba) com a SP-304 (Rodovia Luíz de Queiroz - Piracicaba a Americana) e SP-127 (Rodovia Cornélio Pires – Piracicaba a Rio Claro), passando pela SP-147 (Rodovia Deputado Laércio Cortes – Piracicaba a Limeira).



Responsabilidade Socioambiental

A Responsabilidade social da Rodovias do Tietê está ligada a sua contribuição para orientar usuários e comunidade sobre regras de trânsito, condutas éticas e de respeito ao próximo e a preservação do meio ambiente.

A empresa realiza programas e ações educativas sobre as melhores condutas de respeito no trânsito. Tem um Programa de Redução de Acidentes (PRA) e diversas campanhas institucionais que trabalham o tema. Abaixo alguns exemplos:

Seleção da Estrada



Serviços de cidadania e saúde gratuitos aos usuários, principalmente aos caminhoneiros. Realizado em pontos estratégicos das rodovias, o programa oferece exames de glicemia, aferição de pressão arterial, oftalmologia, informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, vacinação, entre outros serviços. Os usuários também têm seus veículos revisados, num check-up mecânico básico.

O Seleção da Estrada é realizado quatro vezes no ano e conta com a parceria da Universidade Paulista (Unip) Bauru, JB Locações, entre outras empresas.

Café na Passarela



A ação do programa educativo “Café na Passarela” foi realizado pela equipe da Concessionária Rodovias do Tietê e integrou a programação da Semana Nacional de Trânsito de 2015, que esse ano tem como tema “Seja você a mudança no trânsito”. Os pedestres que passaram na passarela do km 20 na SP-101 – Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, foram recepcionados por um cafezinho e um desjejum, cujo objetivo foi a conscientização do uso

correto da passarela. Esta atividade visa reduzir o número de acidentes e mortes por atropelamento. E para isso, também foram entregues materiais educativos sobre travessia segura.

Campanha de uso do cinto de segurança Banco Traseiro



O cinto de segurança é um dispositivo simples que serve para proteger a vida e diminuir as consequências dos acidentes. Ele impede, em casos de colisão, que seu corpo se choque contra o volante, painel ou parabrisas, ou que seja projetado para fora do carro, aumentando consideravelmente os riscos de traumatismos. A campanha acontece através da distribuição de folhetos nas praças de pedágio e outdoors ao longo do trecho.



Preservação do Meio Ambiente



A equipe responsável pelas ações de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho realiza um trabalho fundamental para garantir o atendimento da legislação e o bom desempenho das obras de ampliação das rodovias. Engenheiros ambientais e técnicos de segurança do trabalho controlam, através de relatórios de campo e gerenciais, o andamento do serviço, os riscos das obras e identificam qualquer necessidade de correção.

Durante o licenciamento ambiental, realizaram estudos específicos que vão desde o levantamento da vegetação a ser suprimida a avaliações mais específicas, como levantamento arqueológico e medições de ruídos. O objetivo é garantir que as obras gerem o menor impacto possível ao meio ambiente.

A empresa faz mais. Vem acompanhando, passo a passo, todas as etapas das construções, monitorando com equipe qualificada de profissionais o cumprimento da legislação ambiental e demais normas aplicáveis.

Outro tema importante é o lixo. A Rodovias do Tietê recolhe mensalmente cerca de 100 toneladas de lixo e detritos jogados em suas vias ou áreas de domínio. As equipes trabalham diariamente, em pontos distintos das rodovias.

Projeto Abrace o Trânsito #Escola



O Abraço o Trânsito/Escola foi criado para conscientizar as crianças sobre os riscos do trânsito, pois além de usuárias são excelentes multiplicadoras do conhecimento. O projeto atende alunos de 9 a 12 anos da rede de ensino nos municípios de Salto e Elias Fausto.

O Abraço o trânsito promove uma manhã lúdica com apresentação de vídeos do Denatran, palestras de orientação e visita ao Centro de Controle

Operacional da Concessionária.

Combate ao mosquito Aedes Aegypti



O objetivo da campanha "Combate ao mosquito Aedes Aegypti" é evitar a proliferação do mosquito transmissor da dengue, *chikungunya* e zika, a partir de peças publicitárias informativas sobre como ocorre o aumento do transmissor. Com o tema "Lixo na rodovia: caminho para o mosquito" o enfoque está em quais medidas o usuário das rodovias podem adotar para ajudar no combate. Folhetos educativos foram distribuídos na sede e nas

praças de pedágios e oito banners foram colocados ao longo do trecho de concessão.



Balanço Patrimonial

Ativo	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	45.445	39.512
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	11.716	27.842
Contas a receber (Nota 6)	18.840	18.342
Despesas antecipadas	1.244	1.569
Tributos a recuperar	267	273
Outros ativos	11.708	2.238
	89.220	89.776
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	205.154	182.058
Impostos a recuperar	18.853	18.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 7.a)	111.904	98.630
Despesas antecipadas	392	400
Imobilizado (Nota 8)	11.377	11.265
Intangível (Nota 9)	1.120.130	1.110.845
	1.467.810	1.422.039
Total do ativo	1.557.030	1.511.815



Balanço Patrimonial

Passivo	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	28.845	32.551
Debêntures (Nota 12)	29.393	4.324
Credor pela concessão	342	287
Obrigações tributárias	2.867	2.647
Obrigações trabalhistas	4.193	3.548
Provisões (Nota 11)	1.634	1.500
Outros passivos	228	229
	67.502	45.086
Não circulante		
Provisões (Nota 11)	88.546	79.293
Debêntures (Nota 12)	1.255.896	1.217.714
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	77.779	74.348
Outros passivos	2.185	2.263
Total do patrimônio líquido	1.424.406	1.373.618
Total do passivo	1.491.908	1.418.704
Patrimônio líquido		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(238.456)	(210.467)
Total do patrimônio líquido	65.122	93.111
Total do passivo e patrimônio líquido	1.557.030	1.511.815



Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	31/03/2016	31/03/2015
Receita operacional líquida (Nota 14)	53.415	57.093
Custos dos serviços prestados (Nota 15)	(40.605)	(44.715)
Lucro bruto	12.810	12.378
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 15)	(667)	(2.767)
Outras receitas operacionais, líquidas	5.701	23
	5.034	(2.744)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	17.844	9.634
Despesas financeiras (Nota 16)		
Receitas financeiras (Nota 16)	(67.212)	(69.322)
	8.105	6.930
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(59.107)	(62.392)
	(41.263)	(52.758)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7.b)	13.274	17.496
Prejuízo do período	(27.989)	(35.262)
Prejuízo básico e diluído pro ação- em R\$ (Nota 18)	(0,000922)	(0,001419)



Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	31/03/2016	31/03/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(27.989)	(35.262)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7.c)	(13.274)	(17.496)
Depreciação e amortização (Nota 15)	3.448	5.580
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias (Nota 16)	134	157
Juros e variações monetárias (Nota 16)	63.251	65.855
Rendimento de aplicação financeira (Nota 16)	(6.970)	(6.912)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	108	-
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	3.431	2.611
Provisão para manutenção em rodovias (Nota 11.c)	9.253	7.280
	31.392	21.813
Variação nas contas de ativo:		
Contas a receber	(498)	6.991
Despesas antecipadas	333	438
Tributos a recuperar	(6)	(70)
Outros ativos	(9.470)	(37)
Variação nas contas de passivo:		
Fornecedores e prestadores de serviços	(3.706)	(9.097)
Credor pela concessão - ônus variável	55	8
Obrigações tributárias	220	(129)
Obrigações trabalhistas	645	1.551
Outros passivos	(79)	(57)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	18.886	21.653
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira	-	(1.457)
Resgate de aplicações financeiras	-	5.693
Investimentos no ativo imobilizado	(662)	(1.147)
Investimentos no ativo intangível	(12.291)	(13.750)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(12.953)	(10.661)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	-
Pagamento de empréstimo (principal)	-	-
Pagamento de juros sobre notas promissórias, financiamentos e debêntures	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	0	0
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	5.933	10.992
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	39.512	11.966
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	45.445	22.958



Relacionamento com o Auditor

No período findo em 31/03/2016, a Concessionária contratou a Ernst Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) para a realização de outros trabalhos relacionados a compliance, mas que não afetaram a independência e objetividade da EY para auditar e revisar as informações trimestrais (ITR’s) relativas ao exercício de 2016.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), Km 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia tem suas ações negociadas na BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e,
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de março de 2016, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 929 milhões (R\$ 2.390 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Aprovação das informações financeiras intermediárias

A apresentação das informações financeiras intermediárias foi aprovada em 11 de maio de 2016.

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação

As informações financeiras intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações financeiras intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 foram elaboradas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting*.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações financeiras intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente, as presentes informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

As informações financeiras intermediárias da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em suas informações financeiras intermediárias, enquanto que para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis-- Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações financeiras intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2016.

Normas, alterações e interpretações de normas

No período findo em 31 de março de 2016, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas além daquelas divulgadas na Nota 2.13 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas demonstrações financeiras que possam afetar as informações financeiras intermediárias do referido período.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das informações financeiras intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Disponibilidades		
Aplicações financeiras	867	222
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (i)	44.578	39.290
	45.445	39.512

(i) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante	11.716	27.842
Não circulante	205.154	182.058
	<u>216.870</u>	<u>209.900</u>

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 12). Estas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

6. Contas a receber

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pedágio eletrônico a receber	16.692	12.299
Cartões de pedágio a receber	631	639
Receitas acessórias	1.361	4.934
Valores em trânsito	156	471
	<u>18.840</u>	<u>18.342</u>

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.

7. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para deduzir todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com impostos diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973/14 que tem como objetivo regulamentar de forma permanente os efeitos tributários decorrentes dos ajustes contábeis introduzidos pelas IFRS no país. A Companhia não exerceu a opção antecipada para o ano-calendário de 2014, porém, a partir de 2015 com a entrada em vigor da lei 12.973, todos os efeitos estão sendo oferecidos à tributação.

a) *Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	111.904	101.549
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	1.392	1.392
Provisão para participação nos lucros	-	458
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (i):		
Provisão para manutenção de rodovias	27.691	24.545
Provisão para investimentos em rodovias	1.579	1.533
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	2.876	2.951
	<u>145.441</u>	<u>132.428</u>
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis:		
Amortização - curva de tráfego (ii)	(33.537)	(33.798)
	<u>(33.537)</u>	<u>(33.798)</u>
Líquido	<u>111.904</u>	<u>98.630</u>

- (i) Refere-se ao efeito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas em decorrência dos ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (ii) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

a) *Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação*

Em 31 de março de 2016, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$329.129 (R\$298.674 em 31 de dezembro de 2015). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de março de 2016 nos seguintes exercícios sociais:

	<u>31/03/2016</u>
2017	1.011
2018	10.187
2019	9.683
2020	11.339
2021	11.437
2022	16.553
2023	20.075
2024	25.564
2025	29.240
2026	10.351
	<u>145.441</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

b) *Imposto de renda e contribuição social no resultado do período*

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(41.263)	(52.758)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	14.029	17.938
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(755)	(442)
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado do período	<u>13.274</u>	<u>17.496</u>
Alíquota efetiva	<u>32%</u>	<u>33%</u>

8. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas a seguir, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	31/03/2016		31/12/2015	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	871	(326)	545	567
Equipamentos de informática	20	4.228	(2.971)	1.257	1.373
Equipamentos de telefonia	20	197	(178)	19	28
Terrenos	-	377	-	377	84
Edifícios	3,8	6.380	(829)	5.551	5.615
Automóveis/caminhões	5	2.171	(691)	1.480	1.563
Outros	10 a 20	3.198	(1.050)	2.148	2.035
		<u>17.422</u>	<u>(6.045)</u>	<u>11.377</u>	<u>11.265</u>

O ativo imobilizado registrado não está vinculado ao contrato de concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

9. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

a) Composição

		31/03/2016		31/12/2015	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(64.978)	477.266	478.578
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	149.239	(14.994)	134.245	132.540
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	405.517	(17.231)	388.286	383.649
Serviços de construção - em andamento	(iii)	109.849	-	109.849	105.598
Outros	(iv)	7.434	(828)	6.606	6.623
Direito de uso de software		5.990	(2.112)	3.878	3.857
		1.220.273	(100.143)	1.120.130	1.110.845

- (i) Refere-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide Nota Explicativa nº 11.b).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados, sendo as principais obras em andamento o Contorno de Piracicaba e o Contorno de Maristela.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. Originalmente a Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide Nota Explicativa nº 11.b).

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

9. Intangível--Continuaçãob) Movimentação

	Período de três meses findo em 31 de março de 2016		
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Custo			
Direito de outorga da concessão	542.244	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura			
Gastos iniciais da concessão	147.170	2.069	149.239
Serviços de construção - obras concluídas	399.827	5.690	405.517
Serviços de construção - em andamento	105.598	4.251	109.849
Outros	7.434	-	7.434
Direito de uso de software	5.709	281	5.990
	1.207.982	12.291	1.220.273
Amortização			
Direito de outorga da concessão	(63.666)	(1.312)	(64.978)
Direito de exploração da infraestrutura	-	-	-
Gastos iniciais da concessão	(14.630)	(364)	(14.994)
Serviços de construção - obras concluídas	(16.178)	(1.053)	(17.231)
Outros	(811)	(17)	(828)
Direito de uso de software	(1.852)	(260)	(2.112)
	(97.137)	(3.006)	(100.143)
Líquido	1.110.845	9.285	1.120.130
	Período de três meses findo em 31 de março de 2015		
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Custo			
Direito de outorga da concessão	542.244	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura			
Gastos iniciais da concessão	140.403	614	141.017
Serviços de construção - obras concluídas	224.569	2.202	226.771
Serviços de construção - em andamento	222.702	10.155	232.857
Outros	7.434	-	7.434
Direito de uso de software	3.008	779	3.787
	1.140.360	13.750	1.154.110
Amortização			
Direito de outorga da concessão	(51.994)	(2.944)	(54.938)
Direito de exploração da infraestrutura			
Gastos iniciais da concessão	(11.525)	(775)	(12.300)
Serviços de construção - obras concluídas	(10.362)	(1.292)	(11.654)
Outros	(649)	(41)	(690)
Direito de uso de software	(1.032)	(148)	(1.180)
	(75.562)	(5.200)	(80.762)
Líquido	1.064.798	8.550	1.073.348

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

9. Intangível--Continuação

c) Custo de empréstimos e financiamentos capitalizados

No período findo em 31 de março de 2016, a Companhia capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras em infraestrutura no montante de R\$166 (R\$ 386 em 31 de março de 2015). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização, em 31 de março de 2016, foi de 1,36%, que representa a taxa efetiva de juros das debêntures no período, líquida da receita financeira auferida pelo investimento temporário desses recursos.

10. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Remuneração fixa (1)	(361)	(320)
Remuneração variável (2)	-	(175)
	<u>(361)</u>	<u>(495)</u>

(1) Incluem salários e honorários da Administração, férias e 13º salário.

(2) Referem-se à participação nos resultados, mencionada na Nota Explicativa nº 17.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na Nota Explicativa nº 17.

b) Mútuos a pagar

	Taxa de juros	Vencimento	Mútuos a pagar	
			<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
AB Concessões	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	70.500	67.394
Ascendi International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	7.279	6.954
			<u>77.779</u>	<u>74.348</u>

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores, e são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês. O pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debentures.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

b) Mútuos a pagar--Continuação

Conforme instrumento de cessão de crédito datado de 30 de junho de 2015, a Ascendi cedeu a parcela de R\$27.500 do mútuo à AB Concessões.

11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisão para demandas judiciais	4.093	4.093
Provisão para investimentos em rodovias	4.644	4.510
Provisão para manutenção em rodovias	81.443	72.190
	<u>90.180</u>	80.793
Circulante	(1.634)	(1.500)
Não circulante	<u>88.546</u>	79.293

a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Adicionalmente, em 31 de março de 2016, a Companhia possui o equivalente a R\$7.138 de causas trabalhistas e R\$26.139 de causas cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

11. Provisões--Continuação

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais, conforme comentado na Nota Explicativa nº 9. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos nos períodos foi como segue:

	Saldo inicial	Atualização monetária	Saldo final
Provisão para investimentos	4.510	134	4.644
	4.510	134	4.644

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	31/03/2016
2017	1.634
2018	3.010
	4.644

c) Provisão para manutenção em rodovias

	Período findo em 31 de março de 2016		
	Saldo inicial	Adição	Saldo final
Provisão para manutenção	93.829	18.506	112.335
Ajuste valor presente (AVP)	(21.639)	(9.253)	(30.892)
Saldo	72.190	9.253	81.443

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

11. Provisões--Continuação

c) Provisão para manutenção em rodovias--Continuação

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos) e sistemas de controles (a cada 10 anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/03/2016</u>
2017	22.432
2018	26.272
2019	20.892
2020	5.233
2021	6.342
2022	-
2023	126
2024	32
2025	109
2026	5
	<u>81.443</u>

12. Debêntures

a) Descrição da operação

<u>Debêntures não conversíveis</u>	<u>Principal R\$</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Títulos em circulação</u>	<u>Prêmio</u>	<u>Encargos financeiros</u>
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Principal corrigido pelo IPCA	1.322.101	1.284.951
Remuneração (juros a pagar)	29.393	4.324
Custo com emissão a apropriar	(66.205)	(67.237)
	<u>1.285.289</u>	<u>1.222.038</u>
Circulante	(29.393)	(4.324)
Não circulante	<u>1.255.896</u>	<u>1.217.714</u>

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não são conversíveis em ações, e são da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. Estão previstas amortizações do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros serão pagos semestralmente.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

12. Debêntures--Continuação

b) Claúsulas restritivas

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures possuem cláusulas restritivas, as quais estão sendo devidamente acompanhadas pela Companhia.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2016 e 31 dezembro de 2015, o capital social está representado por 30.357.847.596 em ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações	
		31/03/2016	31/12/2015
Atlantia Bertin Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798	15.178.923.798
Ascendi International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798	15.178.923.798
		<u>30.357.847.596</u>	<u>30.357.847.596</u>

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital autorizado da Companhia era de R\$303.578.

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido--Continuação

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

14. Receita operacional líquida

A receita é apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, sendo mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

Consequentemente, essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

14. Receita operacional líquida--ContinuaçãoImpostos sobre vendas--Continuação

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

	31/03/2016	31/03/2015
Receita com arrecadação de pedágio	46.492	48.390
Receita de serviços de construção	9.941	12.537
Receitas acessórias	1.907	392
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(4.925)	(4.226)
	53.415	57.093

15. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31/03/2016	31/03/2015
Com pessoal	(4.111)	(4.645)
Serviços de terceiros	(1.314)	(2.296)
Depreciação e amortização	(3.448)	(5.579)
Ônus variável da concessão	(811)	(799)
Manutenção e conservação	(10.592)	(10.379)
Custo dos serviços de construção	(9.941)	(12.537)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(9.253)	(7.280)
Seguros e garantias	(581)	(701)
Honorários da Administração (Nota 12.a)	(361)	(495)
Outros	(860)	(2.771)
	(41.272)	(47.482)
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(40.605)	(44.715)
Despesas gerais e administrativas	(667)	(2.767)
	(41.272)	(47.482)

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

16. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	31/03/2016	31/03/2015
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre financiamentos ou debêntures	(63.419)	(65.855)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	(3.431)	(2.611)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias	(134)	(157)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	-	(7)
Outras	(228)	(692)
	(67.212)	(69.322)
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	8.093	6.912
Outras	12	18
	8.105	6.930
Resultado financeiro	(59.107)	(62.392)

17. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	31/03/2016	31/03/2015
Salários e encargos sociais	3.553	4.002
Benefícios previstos em lei	390	381
Benefícios adicionais (a)	529	480
Plano de Participação nos Resultados	-	277
	4.472	5.140

(a) Refere-se à assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

18. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Numerador:		
Prejuízo do período	<u>(27.989)</u>	<u>(35.262)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>30.357.847.596</u>	<u>24.857.847.596</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,000922)	(0,001419)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de março de 2016, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 14,13% ao ano, observada no fechamento de 31 de março de 2016, divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), que no entender da administração seriam estáveis no próximo ano.
- IPCA - variação de 9,39% nos 12 meses, observada no fechamento de 31 de março de 2016, divulgada pela BM&FBovespa.

Passivo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	10.990	13.738	16.485
Debêntures	Aumento do IPCA	223.512	253.684	283.856

Passivo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	7.254	9.067	10.880
Debêntures	Aumento do IPCA	147.518	167.431	187.345

Ativo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	30.644	22.983	15.322

Ativo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	20.225	15.169	10.112

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 30 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está registrado na rubrica contas a receber, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está registrado nas rubricas "Caixa e equivalentes de caixa" e "Aplicações financeiras vinculadas", no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de março de 2016 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	28.845	-	-	28.845
Debêntures	29.393	-	1.255.896	1.285.289
Credor pela concessão	342	-	-	342
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	-	-	77.779	77.779
Total	58.580	-	1.333.675	1.392.255

d) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	31/03/2016	31/12/2015
Mútuos a pagar a partes relacionadas	77.779	74.348
Debêntures	1.285.289	1.222.038
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(45.445)	(39.512)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(216.870)	(209.900)
Dívida Líquida	1.100.753	1.046.974
Patrimônio Líquido	65.122	93.111
Patrimônio Líquido e dívida líquida	1.165.875	1.140.085

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

20. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir.

	31 de março de 2016	
	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros		
Debêntures (Nota 12) (i)	1.351.494	1.333.614
	31 de dezembro de 2015	
	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros		
Debêntures (Nota 12) (i)	1.289.275	1.254.297

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O seguinte método e premissa foram utilizados para estimar o valor justo:

- O valor justo das debêntures foi obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela AMBIMA.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	1.377.600
	Responsabilidade civil	26.671
	Riscos de engenharia	188.706
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	74.827
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	137.897

Em março de 2016 a Companhia registrou o montante de R\$5.566 de sinistro de seguro referente a perda de arrecadação das praças de pedágio devido a interdição da SP 300 no trecho de Botucatu e Anhembi após o deslizamento da serra e bloqueio da rodovia. Na apólice de seguro de riscos operacionais contratada pela Companhia há a cobertura de perda de receita de arrecadação devido a danos na malha rodoviária, com cobertura de até R\$17.300.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	166	386

A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Administradores e Acionistas da Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Salto - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao período findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 11 de maio de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Adilvo França Junior

Contador CRC 1BA021419/O-4-T-SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de Março de 2016.

Salto, 11 de Maio de 2016.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes relativo às informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de Março de 2016.

Salto, 11 de Maio de 2016.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro